

QUESTÕES AMBIENTAIS



ESPÉCIES INVASORAS

Pesquisadora diz que sociedade pode ajudar no controle de espécies invasoras

Mônica Lago

Brasília - Uma das organizadoras do 1º Simpósio Brasileiro Sobre Espécies Exóticas Invasoras, Sílvia Ziller, disse ontem (7), no último dia do encontro, que o problema com essas espécies é uma questão científica ignorada na América do Sul, e que sua discussão ficou de fora dos assuntos científicos que são tratados dentro da biologia. Ela opina que os conflitos com o setor produtivo ocorrem porque não há técnicas de manejo adequadas e existem espécies que são mais difíceis de controlar do que outras, e diz que a sociedade pode ajudar a combater o problema.

A ecóloga, que dirige o Instituto Hórus de Desenvolvimento e Conservação Ambiental, afirmou que é preciso debater a questão. "A gente tem alguns exemplos fora do Brasil, como a Nova Zelândia, na qual muitas questões já foram resolvidas porque se compatibilizou um manejo adequado com formas de controle e sistemas de prevenção, resolvendo os problemas". Lá, o número de espécies exóticas de flora supera o de nativas – 25 mil contra 2 mil, segundo o pesquisador do Instituto de Pesquisas Florestais da Nova Zelândia Charles Low. De acordo com Low, no país é preciso pedir autorização a uma agência de gerenciamento de recursos ambientais para importar espécies. Ele conta que técnicos neozelandese foram levados aos Estados Unidos para ajudar no combate a espécies invasoras de veados.

Para Sílvia Ziller, trazer espécies de fora, em geral, causa mais prejuízos do que benefícios a médio prazo. "Em geral, buscam-

QUESTÕES AMBIENTAIS



se soluções simples, optando por espécies de fácil reprodução e criação, que se multipliquem em abundância e que se adaptem facilmente". O problema é que essas características, procuradas para cultivo e desenvolvimento rural, são as mesmas das espécies exóticas invasoras. "A princípio, podem-se ter benefícios econômicos, mas à medida que o processo de invasão acontece você acaba criando problemas ambientais, de segurança alimentar, de mudanças em tradições culturais, o que acaba desalojando pessoas e outras espécies de seus ambientes naturais e prejudicando os sistemas produtivos", ponderou.

Na opinião de Ziller, não é forçoso restringir a presença de quaisquer espécies de outros países. Mas é necessário verificar se existe a possibilidade de controle e, nesses casos, fazer uma adaptação de manejo. Ela explica que existem várias formas de dispersão das espécies: por vento, animais, água e até por fogo. "A questão principal da dispersão está ligada à causas humanas, principalmente em ambientes terrestres", diz. "Em ambientes marinhos, muitas vezes, são questões acidentais. Os rios contribuem levando sementes de um ponto a outro, papel que alguns animais também fazem." Ela lembra que pneus de carro, sola de sapato e água de lastro de navio também podem ser vetores de dispersão.

A pesquisadora afirma que as pessoas precisam aprender sobre o assunto, saber quais os seus possíveis impactos ambientais e econômicos. "É necessário haver campanhas de conscientização pública, para que as pessoas não cultivem plantas ornamentais que se propagam com muita velocidade, não soltem animais de estimação na natureza – quando não tiver mais condição de cuidar, entregar para um zoológico, para o Ibama ou outro órgão que possa receber – e não carregar sementes, plantas,

QUESTÕES AMBIENTAIS



terra e frutas de um lugar para outro, mesmo dentro do Brasil", explicou.

08/10/2005

Rios têm mais animais e vegetais vindos de fora do que se esperava, avalia pesquisador

Mônica Lago

Brasília - Os rios e lagos brasileiros abrigam mais animais e plantas vindos de fora do que se imaginava, mas, dentre esses, o número dos que podem ser considerados invasores era o esperado. A afirmação foi feita pelo coordenador do Grupo de Águas Continentais do informe nacional sobre o assunto, Anderson Latini, ao fim do 1º Simpósio Brasileiro Sobre Espécies Exóticas Invasoras, ontem (7).

Segundo Latini, foram identificadas no país 118 espécies exóticas de peixes, nove de plantas macrófitas aquáticas, seis de moluscos, cinco de crustáceos, quatro de anfíbios, duas de répteis e, entre os microorganismos, diversas cianobactérias. Latini explicou que na maior parte os seres vivos listados não são invasores, ou pelo menos ainda não podem ser encarados assim. "Eles só são enquadrados assim quando apresentam potencial para causar problemas sociais, econômicos ou ambientais", disse.

"A maior parte dos crustáceos criados no Nordeste, por exemplo, ainda não assumiu o status de exótico invasor. A maioria está restrita ao sistema de cultivo. Então, nós ainda precisamos de um esforço de pesquisa, para saber de forma mais detalhada qual o poder de dispersão desses organismos quando eles saem do sistema de cultivo, para avançar no sistema natural", explicou.

QUESTÕES AMBIENTAIS



Os pesque-pague também podem contribuir para a entrada de novos organismos. De acordo com Latini, é difícil quantificar, mas qualquer sistema de cultivo de exótico, como o de peixes e o de crustáceos, representa risco. "Não há necessariamente um fator negativo relacionado ao cultivo, porém eles podem potencializar a existência do problema", avaliou.

Na avaliação do pesquisador, a proibição do uso econômico das espécies exóticas não é a questão central. "A gente precisa desenvolver sistemas que restrinjam a forma de uso, ou que criem medidas de biosegurança, para evitar que as espécies se tornem invasoras e causem problemas ao meio ambiente", afirmou Latini. Ele disse ainda que é preciso fazer muitos estudos para encontrar formas de substituição de espécies exóticas por nativas (naturais daqui).

A região amazônica ainda é um dos locais que apresentam relativamente poucos problemas com as espécies invasoras. Existem alguns casos, mas, segundo Latini, os dados indicam que elas ainda estão restritas a áreas que sofreram algum impacto pela ocupação do homem.

08/10/2005

Pesquisadores preparam banco de dados continental sobre o problema

Érica Santana

Brasília - Organismos não-governamentais e instituições das Américas do Sul, Central e do Norte vão criar uma rede de intercâmbio de informações sobre espécies invasoras no continente, segundo informou o mestre em Manejo de Vida Silvestre, pela Universidade Nacional de Córdoba, Sérgio Zalba.

QUESTÕES AMBIENTAIS



O projeto, intitulado de I3N, da sigla inglesa para Inter-American Invasives Information Network, será financiado pelo departamento de Estado e Serviço Geológico dos Estados Unidos.

"A idéia é usar bases comuns de informações de modo a poder compartilhar informações da maneira mais direta possível", explica Zalba. "O tema das espécies invasoras requer ações muito rápidas. E a base de dados sempre foi pensada como um meio, e não como um fim, para conhecer o problema e para resolver problemas reais na vida real contra as espécies invasoras. Precisamos compartilhar todas as informações que temos para isso."

Dalba conta que já fazem parte do projeto Argentina, Bahamas, Brasil, Chile, Equador, El Salvador, Guatemala, Jamaica, México, Paraguai, Peru, República Dominicana e Estados Unidos. Foi por meio do projeto intergovernamental da rede interamericana, usado entre 2001 e 2002 na Argentina para a criação de um banco de dados sobre espécies invasoras e trazido para o Brasil em 2003 pelo Instituto Hórus, que o Ministério do Meio Ambiente realizou o primeiro levantamento sobre invasões biológicas no país. Ele está em fase de conclusão e deve ser apresentado, em versão próxima à final, no 1º Simpósio Brasileiro sobre Espécies Exóticas Invasoras, do qual o professor argentino participa.

De acordo com Sérgio Zalba, a criação do banco de dados na Argentina abriu espaço para discussão sobre o impacto provocado pelas espécies invasoras naquele país. "Até aquele momento não havia consciência sobre a questão. Era um problema de diagnóstico", comenta o professor.

Segundo ele, ainda há setores no país que promovem a

QUESTÕES AMBIENTAIS



introdução de novas espécies exóticas no meio ambiente como alternativa à geração de emprego e melhoria da produção econômica. "Em muitos casos se ressaltam os benefícios associados às espécies, mas não se sabem os problemas que elas podem trazer. Experiências recentes mostram que ocorreram mais problemas que benefícios. E ainda há o inconveniente de que muitas vezes não estamos de acordo sobre como enfrentar as complicações."

Segundo Zalba, há na Argentina mais de 300 espécies invasoras. O castor canadense e o pinheiro são algumas delas. Os castores são responsáveis pela derrubada de árvores e pela construção de pequenos diques e barragens nos rios, que provocam inundações locais, matando árvores próximas ao rio: "Eles mudam toda a dinâmica do ecossistema. Cerca de 95% da Terra do Fogo tem castores e foi transformada drasticamente". Já os pinheiros, segundo ele, ameaçam espécies nativas da flora dos Pampas argentinos.

Sérgio Zalba ressaltou ainda a necessidade de criar formas de convivência entre as espécies invasoras e as nativas para que o impacto seja o menor possível. Ele lembrou que as espécies exóticas não reconhecem fronteiras políticas. "É por isso que o problema tem que ser enfrentado de uma perspectiva racional e regional. Um país sozinho não pode fazer praticamente nada em relação a isso."

05/10/2005

Combate às espécies invasoras exige integração, diz coordenador de programa mundial

Érica Santana

Brasília - É indispensável a realização de um trabalho integrado

QUESTÕES AMBIENTAIS



entre os países para um combate efetivo à disseminação de animais, plantas e microrganismos invasores. A afirmação foi feita pelo presidente do Programa Global para Espécies Invasoras (Gisp), Guy Preston, em entrevista à Agência Brasil.

"Se já é muito difícil conter esse problema numa pequena ilha, num país de dimensões continentais como é o caso do Brasil o problema de invasão será ainda mais complexo", afirmou Preston, que veio ao Brasil para o 1º Simpósio Brasileiro sobre Espécies Exóticas Invasoras. "Esse problema já existe de fato e deve ser visto. É importante que os países trabalhem juntos de forma a poder olhar esse universo e encontrar formas de se ajudar, de se prevenir de novas introduções e de que novos problemas sejam criados".

Guy Preston é um dos coordenadores do programa Working for Water ("trabalhando pela água"), realizado na África do Sul desde 1995 como parte da iniciativa do governo pós-apartheid para a reconstrução e o desenvolvimento do país. O projeto é voltado ao combate de plantas invasoras que comprometem os recursos hídricos locais e impedem o bom uso produtivo da terra. Pinheiros, eucaliptos, acácias e árvores australianas, além de espécies brasileiras como o aguapé, estão entre as principais responsáveis pelo impacto negativo nas águas do país.

O programa já beneficia 33 mil pessoas por meio de ações sociais voltadas para capacitação, educação e geração de emprego e renda para a população pobre e para cidadãos que jamais tiveram uma oportunidade de trabalho. "Além da geração de muitos empregos, é importante ressaltar que se não houvesse esse projeto muitos empregos teriam sido perdidos, porque as espécies exóticas invasoras vão destruindo o ecossistema e a possibilidade de as pessoas viverem da terra", explica o presidente do Gisp.

QUESTÕES AMBIENTAIS



O Working for Water realiza mais de 300 projetos na nove províncias da África do Sul. É o maior projeto de conservação em todo o continente africano, com um orçamento anual de US\$ 85 milhões.

Preston lembra que todas as nações em desenvolvimento enfrentam desemprego e espécies invasoras e diz que qualquer país, inclusive o Brasil, pode desenvolver programas semelhantes a esse. "O governo tem esse potencial, mas cabe ao país decidir. Eu acredito que não exista nenhum país no mundo capaz bancar o custo de não trabalhar o combate às espécies invasoras." Ele lembrou que a principal questão no combate à essas espécies é saber quem obtém lucro e quem está pagando pelos prejuízos por elas causados. "Eu não posso falar pela América do Sul, mas na África é muito importante perguntar quem está se beneficiando e quem está pagando essa conta. Muitas vezes são os ricos que se beneficiam e são os pobres que pagam. Isso não está certo."

05/10/2005

Simpósio retoma compromisso com a Convenção sobre Diversidade Biológica, diz Marina

Érica Santana

Brasília - A realização do 1º Simpósio sobre Espécies Exóticas Invasoras retoma, segundo a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, o compromisso brasileiro com a Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada durante a Rio-92. A ministra abriu o simpósio na noite de ontem (4).

A convenção, da qual o Brasil é signatário, estabelece que os países membros devem tomar os cuidados necessários para

QUESTÕES AMBIENTAIS



impedir a introdução e promover o controle e a erradicação de animais, plantas e microrganismos invasores. "Esse é um desafio imenso, que requer apoio transversalizado das diversas esferas do governo, bem como ações coordenadas com outros setores da sociedade", afirmou a ministra.

O Ministério do Meio Ambiente, acrescentou, propôs a criação de uma câmara técnica permanente sobre espécies exóticas invasoras, composta por diferentes representantes da sociedade. "Nosso objetivo é que a implementação de ações relativas ao combate de espécies invasoras seja um processo contínuo e participativo para garantir a continuidade e o amadurecimento das discussões", disse.

05/10/2005

Invasões biológicas incluem algumas das principais doenças

Mylena Fiori

Brasília - Engana-se quem pensa que a dispersão de espécies pelo planeta só preocupa ecologistas. A coordenadora do grupo de saúde do Informe Nacional sobre Espécies Invasoras, Márcia Chame, lista alguns exemplos bem conhecidos dos brasileiros propiciados pelo livre trânsito de pessoas e cargas pelos cinco continentes: a gripe, que chegou ao Brasil com os colonizadores europeus; a leptospirose, veiculada pelos ratos que vieram de contrabando nos navios negreiros; e o mosquito da dengue, de origem africana, que chegou numa carga de pneus usados, nos anos 80. O próprio vírus da aids, ela lembra, é uma espécie que o ser humano espalhou.

"As espécies exóticas vêm com a expansão do homem pela terra. As fronteiras, que seriam naturais, não funcionam",

QUESTÕES AMBIENTAIS



explica Chame, que é pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz. Segundo ela, a melhor forma de combate é a prevenção. "Não há motivo para alarme, somos nós que propiciamos a proliferação. Se a cidade fosse limpa, provavelmente não teria surto de dengue", exemplifica. "A espécie pode ser exótica, mas jamais será invasora se não tiver condições para se reproduzir." Por isso, conclui, são essenciais sistemas de tratamento de esgoto e coleta de lixo em todas as regiões.

A pesquisadora destaca a importância de informar a população: "É o mais importante. A pessoa tem que saber que a sua atitude pode ajudar". Entre as recomendações que serão apresentadas no 1º Simpósio Brasileiro sobre Espécies Exóticas Invasoras, que começa hoje (4) e vai até a próxima sexta-feira (7) em Brasília, está a veiculação, na mídia de massa, de informações sobre os impactos e a necessidade de ações para do problema.

As recomendações incluem a criação de um sistema nacional de prevenção e controle de espécies exóticas invasoras, com fortalecimento nas fronteiras. "Não adianta o Ministério da Saúde fazer uma coisa e o da Agricultura, outra", afirma Márcia Chame. Outra recomendação do grupo de trabalho liderado pela pesquisadora é a criação de um programa de capacitação e treinamento de todos os agentes envolvidos. Os dois ministérios e o do meio Ambiente são os principais órgãos executores das medidas nessa área, mas quem tem o primeiro contato com viajantes e mercadorias é a Polícia Federal.

"Não dá para ter um megaespecialista em cada aeroporto e cada fronteira, daí a importância de um sistema integrado", destaca a pesquisadora. "A Polícia Federal tem uma responsabilidade muito grande. Se os agentes tiverem acesso fácil a informações e souberem identificar o risco, podem acionar a Anvisa [Agência Nacional de Vigilância Sanitária] ou o

QUESTÕES AMBIENTAIS



Ibama [Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis] e até enviar material para análise em laboratórios de referência", exemplifica.

Marta Chame afirma que o país tem condições de enfrentar as espécies exóticas. Segundo ela, o governo federal já demonstrou eficiência nas vezes em que houve notificação ou alerta por parte da Organização Mundial da Saúde (OMS) ou da Organização Mundial do Comércio (OMS) sobre alguma epidemia.

04/10/2005

Prevenir é o melhor caminho, diz representante do Ministério do Meio Ambiente

Érica Santanna

Brasília - Diante das espécies invasoras, há três caminhos, aponta Lídio Coradin, da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente (MMA): prevenir, controlar ou erradicar. "O caminho mais fácil é prevenir. Fazer com que as pessoas sejam devidamente sensibilizadas para não introduzirem novas espécies no meio ambiente sem o devido conhecimento. E se forem introduzir, consultar os órgãos adequados", afirma o representante do MMA.

O combate a animais, plantas e microrganismos que se convertem em pragas será uma das principais questões tratadas durante o primeiro 1º Simpósio Brasileiro sobre Espécies Exóticas Invasoras. O evento começa hoje (4) e vai até a próxima sexta-feira (7), na capital nacional. "O Brasil vai resgatar um compromisso não apenas com acordos e tratados internacionais que assinou e notificou, mas também com a própria sociedade", comenta Coradin. "A entrada de espécies

QUESTÕES AMBIENTAIS



exóticas no Brasil é um problema global que requer respostas de outros níveis. Nós estamos fazendo o possível para amenizar esse problema."

Durante o simpósio deve ser apresentado, pela primeira vez, um diagnóstico das espécies que afetam os sistemas terrestres, marinhos e de produção, bem como a saúde humana. O estudo, em fase de conclusão, foi realizado pelo Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (Probio/MMA), em parceria com o Instituto Hórus, o The Nature Conservancy, o Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Federal de Viçosa, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Fundação Oswaldo Cruz. O ministério informa que investiu R\$ 750 mil para a realização da pesquisa.

Segundo Coradin, um estudo realizado nos Estados Unidos, Austrália, Índia, Reino Unido, África do Sul e Brasil indicou que mais de 120 mil espécies invadiram esses seis países nos últimos anos, e que 480 mil espécies – das quais 30% seriam pragas –, já estão introduzidas nos diversos ecossistemas da Terra.

O mexilhão-dourado, originário da Ásia, é um exemplo de espécie exótica invasora que se transformou em praga no Brasil, principalmente no Pantanal mato-grossense. "Ele se distribui muito rápido por causa das embarcações que entram e saem na região", explica o representante do MMA. "É difícil fiscalizar todos os barcos. Nós teríamos que pegar barco por barco e pulverizá-los. Esse é hoje um problema grave, mas não estamos conseguindo uma forma de solucioná-lo porque isso tem um impacto econômico muito forte", diz.

Lídio Coradin relata que nem sempre é possível evitar o conflito

QUESTÕES AMBIENTAIS



entre a necessidade de combater as espécies invasoras e as ações dos agricultores. "O Ministério do Meio Ambiente vive quase que num eterno conflito: nós procuramos sempre manter o meio ambiente o mais sadio possível, porque nós sabemos que isso representa qualidade de vida. Mas às vezes a ambição e o egoísmo não contribuem, e às vezes tem coisas que as pessoas não fazem por gosto ou porque vai dar errado, mas porque acham que é uma solução importante, que vai gerar um resultado positivo para o país."

04/10/2005

Brasil busca saber o tamanho do prejuízo causado pelas espécies invasoras

Érica Santana

Brasília - Criar um animal originário de outro país no Brasil ou transportar uma planta de uma região brasileira para outra pode provocar transformações irreparáveis na fauna e na flora locais. Eles podem ser converter nas chamadas espécies invasoras – animais, plantas ou microrganismos que no hábitat de origem não causariam qualquer dano, mas que se levadas para outro ecossistema podem se disseminar de forma desordenada e causar, inclusive, prejuízos à saúde humana e à economia.

De acordo com o coordenador-geral de Fauna do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama), André Jean Deberdt, ainda não se tem uma noção exata sobre o tamanho do problema causado pela entrada dessas espécies no território brasileiro. A fim de conhecer essa realidade, o Ministério do Meio Ambiente, em parceria com cinco instituições, está realizando um levantamento padrão das espécies exóticas (a palavra, aqui, é usada para denominar o que vem de fora, e não para indicar aparência) existentes no

QUESTÕES AMBIENTAIS



país. A apresentação do estudo, em versão próxima à final, está marcada para o 1º Simpósio Brasileiro sobre Espécies Exóticas, que começa hoje (4) e vai até a próxima sexta-feira (7), na capital.

Para dar uma idéia do alcance da também chamada contaminação biológica, Deberdt cita uma estimativa, usada como referência, do professor David Pimentel, da Universidade de Cornell, segundo a qual essas espécies causam prejuízos de US\$ 1,4 trilhão por ano no mundo, US\$ 137 bilhões nos Estados Unidos e US\$ 49 bilhões no Brasil. O coordenador revela que entre os invasores exóticos que provocam mais estragos no país estão o javali, o mexilhão-dourado, o caramujo-africano e espécies de pinheiro e de capins africanos.

O javali é considerado pela União Internacional de Conservação da Natureza uma das 100 piores espécies exóticas invasoras do mundo. O animal entrou no Brasil há dez anos pela fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai. Nos estados do Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul já existem vários focos de populações selvagens da espécie. "Esse animal ataca principalmente as plantações de milho e animais de criação e pode transmitir doenças para a fauna nativa", explica Deberdt. "Ele se adapta facilmente a qualquer tipo de ambiente e começa a proliferar rapidamente. No Rio Grande do Sul já causa problemas seriíssimos."

O coordenador do Ibama explica que as medidas de combate ao ataque de animais exóticos invasores ainda são muito recentes no país. "Nós ainda estamos implementando algumas técnicas de controle. Não é muito fácil controlar as espécies, pois elas já estão instaladas na natureza. Uma vez que o javali entrou, será muito difícil erradicá-lo, mas é possível controlar e diminuir os problemas provocados por ele." Na tentativa de reduzir a

QUESTÕES AMBIENTAIS



população de javalis no Rio Grande do Sul, o Ibama realizou nos últimos dez anos diversos estudos e autorizou a caça do animal. O estado é o único autorizado a praticar o abate.

Os caramujos-africanos, trazidos para o Brasil em 1980 como alternativa ao escargot, também já infestaram todo o país, segundo Deberdt. Em agosto o Ibama proibiu a criação do molusco e determinou que os criadores entreguem as matrizes às autoridades em 60 dias. Já a braquiária e o capim-gordura, também originários da África, foram introduzidos no país ainda durante a colonização e hoje são cultivados para a pastagem de gado. Devido ao excesso de sementes que produzem e da facilidade com que elas se espalham, essas espécies estão substituindo a vegetação nativa da região onde são plantadas.

A lei de crimes ambientais brasileira impede que qualquer espécie animal seja introduzida no país sem parecer favorável do Ibama. No entanto, André Jean Deberdt avalia que a legislação ainda é deficiente. "Tem alguns pontos falhos, que podem ser melhorados, e normas que poderiam ser estabelecidas para melhorar o sistema preventivo de entrada e a implementação de mecanismos para evitar a proliferação das espécies que já estão no país. É preciso criar mecanismos legais para controlar as espécies invasoras".

04/10/2005